



ACORDO FORMAL DE CONTRIBUIÇÃO Nº 41/2024

Processo nº 00196.008220/2024-17

ACORDO FORMAL DE CONTRIBUIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) E O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO (COREN/MT) PARA REALIZAÇÃO DO FUNDO DE APOIO ADMINISTRATIVO - FUNAD/MT.

O **CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN**, pessoa jurídica de direito público *ex vi* da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede no SCLN 304, Bloco E, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.736-550, inscrito no CNPJ sob o nº. 47.217.146/0001-57, representado, neste ato por seu presidente Dr. **MANOEL CARLOS NERI DA SILVA**, brasileiro, enfermeiro, portador da identidade profissional COREN/RO nº 63.592, inscrito no CPF sob o nº. 350.306.582-20, e por seu Primeiro-Tesoureiro, Dr. **JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS**, brasileiro, enfermeiro, portador da identidade profissional COREN/SP nº. 83.543, inscrito no CPF sob o nº. 583.363.545-49, doravante denominado **REPASSADOR** e o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO – COREN/MT**, pessoa jurídica de direito público *ex vi* da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede na Rua dos Lírios, 363, Bairro Jardim Cuiabá – CEP: 78.043-122, Cuiabá/MT, inscrito no CNPJ nº. 08.336.841/0001-86, representado, neste ato, por, por seu Presidente Dr^a. **BRUNA KAROLINE DE ALMEIDA SANTIAGO**, brasileira, enfermeiro, portadora da identidade nº. 19982607 SEJUSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 044.088.621-00 e pela tesoureira **CAMILA PALUDO LEITE**, portadora da identidade nº 18960391 SSP/MT, doravante denominado **BENEFICIÁRIO**, resolvem celebrar o presente Acordo de Contribuição, nos termos do art. 71, VI, da Constituição Federal; Resoluções Cofen nº 555/2017 e 624/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo tem por objeto o o repasse de valores ao BENEFICIÁRIO, com o objetivo de viabilizar o **cumprimento de ações administrativas do Conselho Regional do Mato Grosso**, tal como contido no Processo Administrativo COFEN nº. 00196.008220/2024-17

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

2.1. O CONCEDENTE fará ao CONVENIENTE o repasse de **R\$ 601.000,00 (seiscentos e um mil reais)**, que ocorrerá em cota única a ser depositada e conta bancária específica.

2.2 O CONCEDENTE conserva para si a prerrogativa de exercer controle e fiscalização sobre a execução deste Acordo, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação

ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O Acordo de Contribuição terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas deste Acordo de Contribuição correrão à conta de dotação consignada no orçamento do CONCEDENTE com a seguinte classificação orçamentária: 6.2.2.1.1.01.33.90.041.003.001 - Fundo de Apoio Administrativo - FUNAD.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

5.1. O CONVENENTE se compromete a aplicar a importância discriminada no item 2.1 deste instrumento exclusivamente na realização do objeto citado no item 1.1.

5.2. O CONVENENTE obriga-se ao cumprimento das exigências contidas na ata que aprovou o repasse objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO, DENÚNCIA E TÉRMINO DE VIGÊNCIA

6.1 São hipóteses de rescisão do presente acordo:

6.1.1 O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;

6.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;

6.1.3 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

6.2. Pode o CONCEDENTE ou CONVENENTE denunciar ou rescindir o presente Acordo a qualquer tempo, ressalvadas as responsabilidades decorrentes do prazo em que tenha vigido, bem assim os benefícios que porventura tenham sido adquiridos no mesmo período.

6.3. Na hipótese do término da vigência, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial pelo COFEN.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO ACORDO

7.1. Por se destinar o repasse ao pagamento de despesas administrativas, deverá o CONVENENTE encaminhar os extratos bancários de todas as suas contas bancárias, aplicações financeiras e conciliação contábil relativas à utilização dos recursos e, caso verificado saldo positivo em qualquer uma delas em 2024, caberá restituição ao COFEN.

7.2. Aos servidores da Auditoria Interna do CONCEDENTE garante-se o livre acesso, em qualquer tempo ou lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

7.3. De modo a garantir a plena execução física do objeto do presente Acordo, esta poderá ser acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado pelo CONCEDENTE, mediante presença in loco do fiscal em todas as atividades previstas, que apresentará Relatório sucinto das atividades.

7.4. O CONVENENTE deverá inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do objeto do presente Acordo, que permitam o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas parceiras ou contratantes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

7.5. O CONVENENTE deverá manter em sua posse os documentos relacionados ao presente Acordo pelo prazo de dez (10) anos, contados da data em que for aprovada a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. O CONVENENTE que descumprir a hipótese prevista na clausula 5.1 ou que tiver as contas apresentadas desaprovadas, poderão ter o recebimento de repasse de recursos financeiros deste Conselho Federal suspensos pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS

9.1. Nos casos omissos serão aplicadas, no que couberem, a Lei nº. 14.1311/2021, Lei nº. 4.320/1964 e a Lei Complementar nº. 101/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. O CONVENENTE obriga-se a prestar contas quanto à utilização do valor declinado no item 2.1, conforme parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, Lei nº. 4.320/64, Lei nº. 14.133/2021, bem como consignar os autos do processo administrativo licitatório junto ao CONCEDENTE para a devida fiscalização e verificação da lisura dos atos praticados, no prazo máximo de sessenta (60) dias contados da data do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste Acordo serão dirimidas nos termos do disposto no art. 92, § 1º da Lei nº. 14.133/2021, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no foro da Seção Judiciária da sede do CONCEDENTE.

E por estarem assim justos, CONCEDENTE e CONVENENTE lavram o presente Acordo de Contribuição, que vão por seus Presidentes assinadas, e se comprometem a cumprir o presente em todas as suas cláusulas e condições, tudo de acordo com os regramentos aplicáveis à espécie.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA PALUDO LEITE, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA KAROLINE DE ALMEIDA SANTIAGO, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TYCIANNA GOES DA SILVA MONTE ALEGRE - Matr. 582, Procurador(a) Geral**, em 17/12/2024, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS - Coren-SP 83.543-ENF, Primeiro-Tesoureiro**, em 17/12/2024, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL CARLOS NERI DA SILVA - Coren-RO 63.592-ENF-IR, Presidente do Cofen**, em 17/12/2024, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0516167** e o código CRC **8D24DCA3**.

Referência: Processo nº 00196.008220/2024-17

SEI nº 0516167